



EDITAL DE PREGÃO N.º 018/2014

Licitação da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo menor preço por item, destinado à aquisição pneus novos e acessórios.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO TORNA PÚBLICO que estará afixado no átrio da Prefeitura Municipal em Riozinho este edital para conhecimento dos interessados que às **14:00 horas** do dia **13 de janeiro de 2015**, na sala de licitações situada na Av. Guerino Pandolfo, 580 – Centro – Riozinho/RS, reunir-se-á o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio para o recebimento das propostas e documentações habilitatórias concernentes ao objeto deste certame e respectivo julgamento, de conformidade com os requisitos e as prescrições estabelecidos na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 011 de 10 de abril de 2007, demais normas jurídicas que regem a matéria, além das disposições fixadas no presente edital:

Os envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação definidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

DATA: dia 13 de janeiro de 2015.

HORÁRIO: 14:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Riozinho.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preço para aquisição de diversos pneus novos, de primeira linha e fabricação nacional, câmaras de ar e protetores para câmara, para reposição nos veículos da Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes no Anexo III.

2 - DO CREDENCIAMENTO

2.1. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro e sua equipe de apoio por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, venha a responder pela empresa licitante, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

2.1.1. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - Anexo I.

2.2. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



2.3. As interessadas, ou seus representantes legais, deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital de Pregão, conforme estabelece o inciso **VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. MODELO DE DECLARAÇÃO - Anexo II.

3 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. A proposta de preços e os documentos que a instruírem deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em envelope devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter, em sua parte externa, os dizeres:

PREGÃO N.º 018/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO
ENVELOPE N.º 1
"PROPOSTA DE PREÇOS"

PROPONENTE:.....

3.2. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado ou impresso da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante.

3.3. A proposta de preços deverá ainda:

3.3.1. Conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome da proponente ou seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa;

3.3.2. Em caso de discordância entre os preços por extenso e em algarismos, prevalecerá sempre o primeiro;

3.3.3. Conter descrição clara e inequívoca dos equipamentos ofertados, indicando nome, marca, etc.;

3.3.4. Ter validade não inferior a **20 (vinte)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

3.3.5. Conter prazo de disponibilidade de entrega, não superior a **10 (dez)** dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Compra;

3.3.6. Apresentação dos preços, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso;

3.3.7. Conter preço unitário e total conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, constante no Anexo III deste Edital, sendo que, em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;



3.3.8. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

3.4. Os preços das propostas incluem todos os custos e despesas, como os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

3.5. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os respectivos materiais serem fornecidos à Prefeitura Municipal sem ônus adicionais.

3.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

3.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.8. Os pneus na data da entrega, *não poderão apresentar datas de fabricação inferior à janeiro de 2014.*

3.9. Não será aceito pneus remoldados ou recauchutados.

3.10. Os pneus deverão atender as normas ABNT.

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes, contendo a proposta de preços de interesse da licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem como em seus Anexos, no local e horário já determinados.

4.2. No local e hora marcados, antes do início da sessão, as interessadas deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para prática dos demais atos do certame, conforme item 2 deste Edital.

4.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidas novas proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

4.4. Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



5.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a (s) autora (s) da (s) proposta (s) de **menor valor unitário** e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

5.2. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que suas autoras participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

5.3. Às proponentes proclamadas conforme subitens 5.1 e 5.2 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

5.3.1. Os licitantes que estiverem exercendo o direito de lances à obtenção da proposta vencedora de menor preço terão o tempo de 01 minuto para ofertar o lance, não o fazendo neste lapso será dada vez ao próximo licitante na forma de rodízio.

5.3.2. Os lances não poderão ser inferiores a **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** em relação à menor proposta em disputa.

5.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente à penalidade constante do subitem 16.6 deste Edital.

5.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.

5.6. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas para fornecimento do objeto definido neste Edital, exclusivamente pelo critério de menor preço.

5.7. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quando ao objeto e valor da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

5.8. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado.

5.9. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a proponente será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital.

5.10. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos.

5.11. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes.

5.12. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.



5.13. Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

6 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. Não poderão participar deste Pregão:

6.2.1. As interessadas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.2. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

6.2.3. Aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riozinho.

6.3. Estarão impedidas de participar desta licitação as empresas:

6.3.1. Que apresentarem mais de uma proposta para cada item específico.

6.4. A licitante com cadastramento (Certificado de Registro Cadastral) na Prefeitura Municipal vencido poderá habilitar-se mediante comprovação de regularidade perante a Sede, a Seguridade Social e o FGTS, e com a comprovação de que atende às exigências do Edital à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.

6.5. Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu (s) representante (s) legal (is), devidamente qualificado (s) e comprovado (s).

6.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente ou publicação em órgão oficial ou por cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. O ENVELOPE Nº 2 "Documentação de Habilitação" deverá ser apresentado no local, dia e hora determinados, devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter, em sua parte externa, os dizeres:

PREGÃO N.º 018/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO
ENVELOPE Nº 2
"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
PROPONENTE:.....



7.1.1. O envelope nº 2 "**Documentação de Habilitação**" deverá conter os seguintes documentos:

a) Registro Comercial no caso de empresa individual; Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as alterações ou consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

b) Prova de regularidade perante o FGTS, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1.990;

c) CND fornecido pelo INSS, conforme Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991;

d) Comprovação de regularidade com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, conforme o caso, da sede da licitante;

d.1) Poderá ser apresentada a Certidão Unificada, que comprova a regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de Setembro de 2014. Neste caso, esta Certidão substitui o documento da alínea "c" e somente a Prova de Regularidade com a Fazenda Federal da alínea "d".

e) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, atestando e inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do procedimento licitatório, conforme modelo previsto no Anexo V deste edital;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.2. Disposições gerais de Habilitação

7.2.1. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



7.2.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observando ainda o disposto nos itens 16.11 e 16.12, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

7.2.4. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

7.2.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

7.2.6. Como condição para celebração do contrato ou documento equivalente, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.

8 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

9 - DOS RECURSOS

9.1. Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata, da síntese das suas razões e contra-razões, podendo as interessadas juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias.

9.2. Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá, àquelas que manifestarem a intenção de recorrer, prazo suficiente para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas, no Departamento de Licitações.

9.6. Havendo interposição de recurso os autos serão remetidos a Assessoria Jurídica para emissão de parecer jurídico.

10 - DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO



10.1. A entrega dos pneus e/ou acessórios deverá ser feita diretamente na Secretaria Municipal de Obras e Viação, sito na Rua José Esquinatti, 333 – quando solicitado (conforme necessidade da administração), no prazo máximo de 10 (dez) dias, observando as quantidades requisitadas.

10.1.1. O prazo a que se refere o item 10.1 iniciar-se-á após o recebimento da Ordem de Compra.

10.2. O objeto do presente edital tem garantia contra vícios redibitórios conforme preceitua o Título V, Capítulo I, Seção V do Novo Código Civil, ficando a Licitante Vencedora responsável por todos os encargos decorrentes disso, sem prejuízo da garantia do produto certificado pelo fabricante, vendedor ou seu representante comercial.

10.3. A licitante vencedora deverá substituir todo e qualquer produto que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

11 - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada da seguinte forma: Em até 15 dias, após a entrega dos materiais, Nota Fiscal, e mediante a conferência pelo responsável pelo recebimento.

12 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II, do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

13 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS E DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os preços classificados não serão reajustados e a proposta vencedora obriga o licitante à entrega dos materiais pelo prazo de até 12 (doze) meses.

13.2. O contrato firmado terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

14 – DAS PENALIDADES

14.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II - Multa, conforme previsto neste Edital e no Anexo VI;

III - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.



14.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, na **conta bancária nº 04.008951.0-8, Agência 0736, Banco Banrisul**, em favor da Prefeitura Municipal de Riozinho, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

14.2.1. Decorrido o prazo de 10 dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um) por cento de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação /consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

14.3. No caso da licitante vencedora ser credora de valor suficiente, a Prefeitura Municipal poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

14.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

14.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Prefeitura Municipal, decorrentes das infrações cometidas.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação, atenderá aos critérios do orçamento vigente sob as rubricas:

06 - Secretaria Municipal Educação e Desporto
06 - Educação Básica - FUNDEB
2212 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental - FUNDEB
6281/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
02 - Fundo Municipal da Saúde - Recursos Vinculados
2053 - Manutenção Posto de Saúde.
7980/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
01 - Fundo Municipal da Saúde - Recurso Próprio/ASPS
2039 - Manutenção do Translados de Enfermos
7471/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
02 - Fundo Municipal da Saúde - Recursos Vinculados
2041 - Manutenção da vigilância saúde
7386/3.3.90.30 - Material de consumo



08 - Secretaria Municipal da Agricultura
01 - Secretaria Municipal da Agricultura
2067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
814/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

09 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
01 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
2070 - Manutenção da Secretaria de Obras
909/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

02 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Gabinete do Prefeito
2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
202/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

10 - Secretaria Municipal da Assistência Social
10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2242 - Manutenção da Assistência Social
10096/3.3.9030.39 - Material para manutenção de veículos

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2. Fica assegurado a autoridade competente o direito de revogar esta licitação em face de razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Riozinho não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do procedimento licitatório.

16.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.6. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, interpuser recurso administrativo claramente temerário e de má-fé, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, **ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos**, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que implicou a penalidade.



16.7. **As penalidades serão registradas no Cadastro da Prefeitura Municipal**, e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

16.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.9. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Modelo de Credenciamento Específico.

Anexo II - Modelo de declaração, conforme inciso VII do artigo 4º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços.

Anexo IV - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação.

Anexo VI - Contrato (minuta).

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente Administrativo.

16.11. O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

16.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação de disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito ao Pregoeiro, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Riozinho, localizado na Av. Guerino Pandolfo, n.º 580, em Riozinho/RS, sala da Comissão de Licitações.

16.14. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16.15. Os recursos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93 deverão ser encaminhados ao Pregoeiro dentro do prazo legal e através do protocolo geral, sendo inadmitidas outras formas de interposição tais como email, fax e outros.

16.16. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



16.17. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

16.18. O foro para dirigir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Taquara/RS, com exclusão de qualquer outro.

Riozinho, 31 de dezembro 2014.

Airton Trevizani da Rosa
Prefeito Municipal



ANEXO I

CRENCIAMENTO ESPECÍFICO
(Modelo)

Pelo presente a empresa, situada na, CNPJ n.º, através de seu, outorga ao Sr., RG n.º, amplos poderes para representá-la junto a Prefeitura Municipal de Riozinho, no Pregão n.º (.....), inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações, responder administrativa e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços e, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

Local e Data

Assinatura e identificação do declarante

Firma reconhecida ou 02 (duas) testemunhas qualificadas (Nome, CPF e RG)



ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ n.º
....., sediada.....(endereço completo),
declara, sob as penas da lei, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de
2002, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da habilitação e entrega os
envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.

Local e Data

Nome e Identificação do declarante

**ANEXO III**
PROPOSTA DE PREÇOS
(Modelo)

Item	Material	Utilidade	Quant	Marca/Modelo	Valor Un	Valor Total
01	Pneu novo, radial liso, referência 165/70 R13 79T ou superior.	Uno IPZ 1838	08			
02	Pneu novo, radial liso, referência 175/70 R13 82T ou superior.	Gol ILE 9122, Parati IHY 5360, Saveiro, IHL 9775, Uno Way e Uno IMA 1671	40			
03	Pneu novo, radial liso, referência 175/65 R14 82T ou superior.	Novo Uno ITA 0789	08			
04	Pneu novo, radial liso, referência 175/70 R14 88T ou superior.	Montanta IPW 0532, Doblô IQS 5868 e Doblô IUY 1882	24			
05	Pneu novo, radial liso, referência, 195/65 R15 91H ou superior.	Spin IVR 6091	08			
06	Pneu novo, radial liso, referência 205/70 R15 96H ou superior.	Fiat Ducato	08			
07	Pneu novo, radial liso, referência 215/75 R17.5, 12 lonas.	Micro IPF 3488, IPF 3462 e Micro INI 5165	40			
08	Pneu novo, radial liso, referência 215/75 R16 116/114R ou superior.	Transit IUT 0310, Transit Amb. IUV 6582				
09	Pneu novo, radial liso, referência 225/70 R15 112R ou superior.	Sprinter IMR 7734, Sprinter Ambul. IMI 1415 e Sprinter Ambul. IMR 9456	24			
10	Pneu novo, radial liso, referência AT 235/70 R16 104S ou superior.	S10 Executive IPP 1962	08			
11	Pneu novo, borrachudo, referência 1400x24, 16 lonas, G2.	Patrola Dresser, C.Caterpillar 944 e Caterpillar	18			
12	Câmara de ar nova para pneu, referência pneu 1400x24.	Patrola Dresser, C.Caterpillar 944 e Caterpillar	20			
13	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu1400x24.	Patrola Dresser, C.Caterpillar 944 e Caterpillar	10			
14	Pneu novo, radial liso, referência 900x20, 14 lonas.	Caçamba IHL 3164, IFK 0410 e IHN 6580	08			
15	Pneu novo, radial borrachudo, referência 900x20, 14 lonas.	Caçamba IHL 3164, IFK 0410 e IHN6580	20			
16	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu 900x20.	Caçamba IHL 3164, IFK 0410 e IHN6580	24			
17	Pneu novo, radial liso, referência	Caçamba IOS 2597,	24			



	1000x20, 16 lonas.	INU 9016, ISE 4648 e IVL 6909				
18	Pneu novo, radial borrachudo, referência 1000x20, 16 lonas.	Caçamba IOS 2597, INU 9016 e ISE 4648	40			
19	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu 1000x20.	Caçamba IOS 2597, INU 9016 e ISE 4648	40			
20	Câmara de ar nova para pneu, referência pneu 900 x20.	Caçamba IHL 3164 IFK 0410 e IHN6580	30			
21	Câmara de ar nova para pneu, referência pneu 1000 x20.	Caçamba IOS 2597, INU 9016 e ISE 4648	30			
22	Pneu novo, radial liso, referência 750x16, 12 lonas.	MB 709 IHX 0026	02			
23	Pneu novo, radial borrachudo, referência 750X16, 12 lonas.	MB 709 IHX 0026	04			
24	Pneu novo, lameiro, borrachudo, referência 12.4x24, R1, 10 lonas.	Trator MF e Agrale	08			
25	Pneu novo, lameiro, borrachudo, referência 14.9x28, R1, 10 lonas.	Trator MF	04			
26	Pneu novo, lameiro, borrachudo, referência 16.9x30, R1, 10 lonas.	Trator Agrale	04			
27	Pneu novo, borrachudo, referência 16.9x28, R-4, 10 lonas.	Retro JCB	08			
28	Câmara de ar nova para pneu, referência 16.9x28.	Retro JCB	12			
29	Pneu novo, borrachudo, referência 17.5x25, 16 lonas, G2.	Motoniveladora GR 180, Pá Carregadeira LW 350K	18			
30	Câmara de ar nova para pneu, referência pneu 17.5x25, ventil curto.	Motoniveladora GR 180	12			
31	Câmara de ar nova para pneu, referência pneu 17.5x25, ventil longo.	Pá Carregadeira LW 350K	08			
32	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu 17.5x25.	Motoniveladora GR 180	18			
33	Pneu novo, referência 19.5x24, 12 lonas.	Retro Randon	02			
34	Pneu novo, referência 12x16.5, no mínimo 10 lonas.	Retro Randon	02			
35	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu 19.5x24.	Retro Randon	04			
36	Protetor novo para câmara de ar, referência pneu 12x16.5.	Retro Randon	04			

Total Geral (por extenso)

Obs.: Nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no Edital e seus Anexos.



Local e data ,

Proponente

Dados do Proponente

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

Telefone:

Fax:

E-mail (se houver):

Validade da proposta (**não inferior a 20 dias**):

Prazo de entrega (.....):



ANEXO IV

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do dispositivo no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (Identificação da licitação)

....., portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À
HABILITAÇÃO**

(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ n.º
....., sediada.....(endereço completo),
declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo
para sua habilitação no presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identificação do declarante

**ANEXO VI****Minuta de Contrato de Aquisição de Pneus novos diversos e acessórios.**

O, com sede administrativa no endereço supradescrito, neste ato representado pelo Sr. (...), doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede em, neste Estado, na Rua n.º, neste ato representada por quem de direito, a seguir denominada **CONTRATADA**, de outro, ajustam entre si o presente Contrato de (...) consoante a legislação em vigor e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** compromete-se a fornecer ao **CONTRATANTE** os itens a seguir descritos: (...)

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** compromete-se fornecer ao **CONTRATANTE** o material descrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo que dentro do período máximo de 12 (doze) meses a partir da contratação, de acordo com requisição de entrega sem reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço total ajustado de R\$..... (...), sendo que o pagamento será feito da seguinte forma: Em até 15 dias, após a entrega dos materiais, e mediante a conferência pelo responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato é parte integrante do procedimento licitatório – PREGÃO N.º 018/2014 - para todos os fins legais.

CLÁUSULA QUINTA - A título de multa, não ocorrendo a entrega das mercadorias pela **CONTRATADA**, como avençado na cláusula segunda, esta pagará ao **CONTRATANTE** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da quantidade não entregue.

CLÁUSULA SEXTA - Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação atenderá aos critérios do orçamento vigente sob as rubricas:

06 - Secretaria Municipal Educação e Desporto
06 - Educação Básica - FUNDEB
2212 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental - FUNDEB
6281/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
02 - Fundo Municipal da Saúde - Recursos Vinculados



2053 - Manutenção Posto de Saúde.
7980/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
01 - Fundo Municipal da Saúde - Recurso Próprio/ASPS
2039 - Manutenção do Translados de Enfermos
7471/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

07 - Secretaria Municipal de Saúde.
02 - Fundo Municipal da Saúde - Recursos Vinculados
2041 - Manutenção da vigilância saúde
7386/3.3.90.30 - Material de consumo

08 - Secretaria Municipal da Agricultura
01 - Secretaria Municipal da Agricultura
2067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
814/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

09 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
01 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
2070 - Manutenção da Secretaria de Obras
909/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

02 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Gabinete do Prefeito
2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
202/3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos

10 - Secretaria Municipal da Assistência Social
10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2242 - Manutenção da Assistência Social
10096/3.3.9030.39 - Material para manutenção de veículos

CLÁUSULA SÉTIMA - É obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

CLÁUSULA NONA - Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) a lentidão no cumprimento ou impossibilidade de fornecimento do produto, nos prazos estipulados;
- b) o atraso injustificado na entrega das mercadorias;
- c) a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) os demais casos que incidam nos incisos do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993.



CLÁUSULA DÉCIMA - O acompanhamento e fiscalização da aquisição e/ou execução dos serviços ora contratados serão realizados pelo Secretário Municipal de Obras e Viação, Sr. Gilceu Paulo Pretto, fiscal do contrato.

E por estarem plenamente acordes, as partes firmam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Riozinho, de de 2014.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Testemunhas:



Edital de Pregão N.º 018/2014

A Prefeitura Municipal de Riozinho vem à presença de VOSSA SENHORIA convidar a empresa à participar do procedimento licitatório aberto pelo Pregão (Presencial) n.º 018/2014 – Registro de preço para aquisição de pneus novos e acessórios, na reunião designada para o dia 13 de janeiro de 2015, às catorze horas, no Departamento de Licitações.

Riozinho, 31 de dezembro de 2014.

Atenciosamente,

Rosecler de Souza
Pregoeiro(a)



Comprovante de Retirada de Edital

Edital de Pregão (Presencial) n.º 018/2014 – Registro de Preço para aquisição de pneus novos e acessórios.

Data: 13 de janeiro de 2015.

Horário: 14:00 horas

Obs.: PREENCHER EM LETRA DE FORMA

Empresa: _____
Endereço: _____
Cidade: _____
Fone: _____ Fax: _____

Declaro para os devidos fins que recebi nesta data o edital acima identificado e, caso haja interesse em participar desta licitação, cotarei os preços para concorrer dentro dos prazos estabelecidos.

Em: ____/____/____

Assinatura